



**Processo SEI nº 8522303-27.2025.8.06.0000**

**Assunto:** Apuração de responsabilidade (Pregão Eletrônico n. 17/2025 – Lote 6)

**Empresa:** TEMPO ENGENHARIA LTDA.

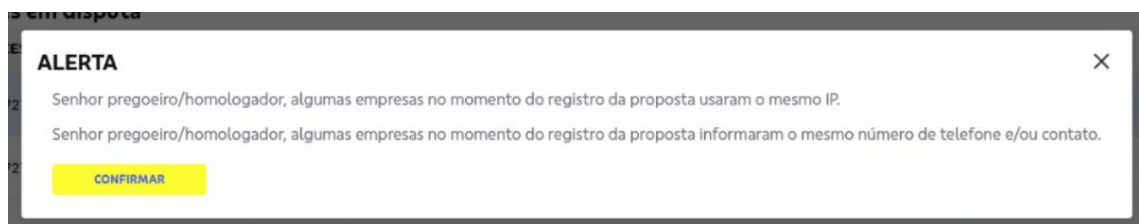
**Reprimenda sugerida pela área técnica:** sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Ceará pelo prazo de 1 (um) ano.

## **PARECER**

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de processo administrativo encaminhado a esta Consultoria Jurídica, para análise e parecer quanto à apuração de responsabilidade da empresa TEMPO ENGENHARIA LTDA, participante do Pregão Eletrônico n. 017/2025, cujo objeto é a “*contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia, em regime de empreitada por preço unitário e sem dedicação exclusiva de mão de obra, para execução, sob demanda, de manutenção predial preventiva e corretiva, bem como de serviços comuns de engenharia de natureza eventual, com fornecimento de todos os materiais, peças, equipamentos e mão de obra necessários, nas edificações sob responsabilidade do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) e em quaisquer novas unidades que venham a ser ocupadas pelo TJCE.*” (Id 0304531).

O presente instrumento de apuração de responsabilidade foi impulsionado pelos alertas automáticos emitidos pelo sistema Licitações-e do Banco do Brasil no início da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 017/2025. (Id 0313758):



A Comissão Permanente de Apuração de Contratações - COPECON notificou a empresa TEMPO ENGENHARIA LTDA, acerca da instauração do procedimento administrativo (Id 0333286), sendo apresentada defesa, conforme Id 0370676. Contudo, mencionada comissão pronunciou-se no sentido de que, além da desclassificação/inabilitação, a empresa deve ser responsabilizada administrativamente pelas condutas tipificadas no art. 155 e seguintes da Lei Nacional n. 14.133/2021, ficando sujeita às demais penalidades cabíveis e, por fim recomenda a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Ceará pelo prazo de 1 (um) ano (Id 0374201).

Os autos chegam instruídos, ao que interessa a esta manifestação, com os seguintes documentos:

- a) Edital Pregão Eletrônico n. 17/2025 (Id 0304531);
- b) Comprovante TELA BB - Histórico de Lotes - PE 17-2025 (Id 0304714);
- c) Comprovante Histórico de Lances - Endereço IP (Id 0304770);
- d) Comprovante TELA BB TEMPO ENGENHARIA ARREMATANTE LOTE 6 (Id 0309530);
- e) Comprovações TELAS BB CONTATOS IDÊNTICOS nas Propostas - LOTE 13 - FOXX e TEMPO e LOTE 12 - FOXX e TEMPO ( Ids 0313780 e 0313796) e comprovante de mensagem ao Pregoeiro 0313758;
- f) Notificação de Apuração de Responsabilidade 017-2025 e TRI (Id 0333286);
- g) Defesa da empresa TEMPO ENGENHARIA (Id 0370676);
- h) Comunicação Interna de Encaminhamento CI n. 168 (Id 0374201).

Os autos foram, então, encaminhados à CONJUR para análise e emissão de parecer sobre a apuração de responsabilidade instaurada contra a referida empresa.

**É, no essencial, o relatório. Cumpre-nos opinar a respeito.**

## **II – DELIMITAÇÃO DO PARECER JURÍDICO.**

Apresentado o contexto fático do processo, passamos à análise dos aspectos legais que envolvem a demanda aqui tratada. Deve-se, inicialmente, registrar que os fatos que deram ensejo aos presentes autos dizem respeito a matéria de natureza estritamente técnica, cuja apuração compete exclusivamente à área especializada. Nesse sentido, é importante destacar que

o âmbito deste parecer se limita-se ao exame da legalidade, não adentrando, pois, em aspectos técnicos, tampouco de conveniência ou de oportunidade, que são próprios do Administrador Público no exercício de seu mister.

### **III – DA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.**

No caso, cumpre observar que nos procedimentos licitatórios, em manifestação da supremacia do interesse público, a Administração atua como guardiã da legalidade e da isonomia entre os concorrentes. Assim, o licitante deve observar rigorosamente as regras e condutas previstas no edital e na legislação pertinente, sob pena de sofrer as sanções cabíveis. Nessa perspectiva, o descumprimento das normas licitatórias autoriza a Administração a instaurar procedimento próprio para apuração da infração e aplicação de penalidades, assegurando ao licitante o contraditório e a ampla defesa, conforme preceituam os princípios constitucionais e as disposições legais aplicáveis.

Na hipótese, identificou-se que as empresas TEMPO ENGENHARIA LTDA (TEMPO) e FOXX CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA (FOXX) participaram do Pregão Eletrônico n. 017/2025, arremataram lotes distintos, tendo utilizado o mesmo IP (Id 0374201):

- 1) A empresa FOXX arrematou o Lote 5, apresentando um desconto de 27,20%. O valor global da proposta final para o Lote 5 foi de R\$ 1.922.683,98 (um milhão, novecentos e vinte e dois mil, seiscientos e oitenta e três reais e noventa e oito centavos), fls. 70-74 do Id 0313810.
- 2) A empresa TEMPO arrematou o Lote 6, com um lance final de desconto de 23,4% e valor global da proposta final para de R\$ 1.321.454,51 (um milhão, trezentos e vinte e hum mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), obteve a primeira colocação (fl. 1, do Id 0313605).

A Comissão Permanente de Apuração de Contratações, notificou a empresa TEMPO ENGENHARIA LTDA, comunicando a instauração de procedimento administrativo, por considerar a existência de indícios de que a referida empresa incorreu nas infrações previstas nos subitens 9.1.6, 9.1.7, 9.1.7.1, 9.1.7.4 e 9.1.7.5 do instrumento convocatório, e alertou que tal conduta revela comportamento inidôneo e ato lesivo à Administração Pública, configurando conluio e desígnio de vontades para restringir o caráter competitivo do certame, configurando fraude à licitação (Id 0333286).

Na ocasião foi oferecida a oportunidade de defesa, bem como de anuir ao Termo de Reconhecimento de Infração (TRI), com duas propostas (fl. 7, do Id 0333286):

**PROPOSTA 1** – 50% (cinquenta por cento) de desconto da sanção, para reconhecê-la em multa no valor de R\$ 86.256,82 (oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta e dois centavos) e impedimento de licitar e contratar por 9 (nove) meses; ou, alternativamente;

**PROPOSTA 2** – dobro da multa, perfazendo o total de R\$ 345.027,28 (trezentos e quarenta e cinco mil, vinte e sete reais e vinte oito centavos), excluída em sua integralidade a sanção de impedimento de licitar e contratar.

Em resposta, a empresa rechaça as penalidades e, quanto aos fatos, faz as seguintes alegações (Id0370676):

- 1) Inexistência de Conluio e Distinção dos Lotes;
- 2) Ausência de Conduta Anticompetitiva Comprovada;
- 3) Vantajosidade para a Administração;
- 4) As Coincidências Cadastrais (IP e telefone) não demonstram interferência nos lances;
- 5) inadmitidas punições por meros alertas tecnológicos ou dados cadastrais, sem o nexo causal à conduta lesiva;
- 6) vínculos societários, familiares ou organizacionais não autorizaria restringir a participação;
- 7) Afastar a vencedora é lesivo ao interesse público;
- 8) requer perícia e o arquivamento da apuração sancionatória.

O Pregoeiro do certame, manifestando-se quanto aos argumentos da defesa, entende que a conduta da empresa evidencia comportamento inidôneo e tendente a fraudar o processo licitatório, uma vez que configura conluio e alinhamento de vontades, que tem o propósito de restringir o caráter competitivo do certame, possibilitando promover o seu direcionamento (Id 0374201). Vejamos:

- 1) A participação das empresas nos mesmos Lotes evidencia a comunhão de esforços para a obtenção de vantagem sobre as demais concorrentes, já que, utilizando o mesmo endereço de IP (Internet Protocol), puderam compartilhar informações privilegiadas sobre propostas de preço e lances, fato caracterizador de fraude, na medida em que o sigilo das propostas não foi garantido;

- 2) O fato de terem vencido lotes distintos é uma decorrência lógica da impossibilidade de ambas vencerem ao mesmo tempo um mesmo lote. Não faz sentido. A circunstância de terem vencido lotes distintos, a bem da verdade, somente mostra que a concertação que fizeram nos bastidores foi exitosa para ambas, em prejuízo do interesse público e da higidez do certame;
- 3) A tentativa de fraudar a isonomia de um certame já é, por si só, um prejuízo para o ente contratante e, sobretudo, para a sociedade contribuinte. O prejuízo, portanto, basta que seja potencial, por força dos primados da supremacia do interesse público e da moralidade;
- 4) E dizer que “não se admite a imposição de penalidade fundada apenas em alertas tecnológicos ou dados cadastrais isolados” é argumento sem lastro fático e jurídico. A uma, porque houve a regular abertura de um processo de apuração de responsabilidade, com acusação formal por parte da COPECON e franqueamento do direito de defesa à empresa, processo este que receberá um parecer jurídico do órgão de assessoria e ao final será decidido pela autoridade máxima do órgão – o Presidente do TJCE; a duas, a responsabilização administrativa, diferentemente da responsabilização penal, é informada pelos princípios da supremacia do interesse público e do *in dubio pro societate*;
- 5) Não estamos diante de meras coincidências formais. A identidade de IP revela o desígnio de vontades para restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório e para promover o direcionamento do certame, restando comprovada a ocorrência de fraude à licitação, conforme já decidiu o TCU no Acórdão TCU nº 1.829/2016-P.

Por fim, conclui que a “*Administração deve buscar o preço mais vantajoso, desde que a proposta vencedora tenha observado o ordenamento jurídico e os princípios jurídicos norteadores dos processos licitatórios. (...) considerando a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto e o potencial dano impingido à Administração Pública, este Pregoeiro entende devida e recomenda a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Ceará pelo prazo de 1 (um) ano*”.

No Acórdão 2487/2022 , o Plenário, do Tribunal de Contas da União, com sessão realizada em 01/11/2022, manifestou-se quanto aos indícios de conluio em licitações, nestes termos:

(...)

É importante, no entanto, que os órgãos responsáveis por sistemas que operacionalizam as transferências voluntárias (Plataforma +Brasil), e Licitações (Comprasnet) realizem integrações com fontes de dados de pessoas jurídicas para obter informações sobre vínculos societários de licitantes, bem como outras informações necessárias para coibir as situações detectadas. Também pode-se incluir alertas automatizados nesses sistemas sobre situações vedadas nas contratações, e implementar controles e revisão de processos de autorização nos órgãos concedentes e contratantes para coibir situações previstas na jurisprudência do TCU em transferências voluntárias e licitações e contratos. Essas ações têm por objetivo reduzir de forma consistente e duradoura os quantitativos nas tipologias analisadas e causar impactos positivos e estruturantes nos temas ora abordados.

### **Novas tipologias e sinais de alerta**

(...)

Temas transversais

#### **1 - Licitações**

Foram analisados 220 mil pregões eletrônicos homologados entre 2018 e 2022.

1.1 - Tipologia: Indício de conluio em licitação. Essa tipologia foi composta por sinais de alerta que representam aspectos que podem indicar conluio entre os licitantes, a saber:

- a) Licitante único: identifica pregões eletrônicos em que o vencedor foi o único licitante a participar da disputa;
- b) Licitantes com sócios em comum: identifica pregões eletrônicos em que a empresa vencedora disputou com outra empresa que tinham sócios em comum com a vencedora;
- c) **Licitantes com ex-sócios em comum:** identifica pregões eletrônicos em que a empresa vencedora disputou com outra empresa que tinham ex-sócios em comum com a vencedora;
- d) Licitantes matriz e filial: identifica pregões eletrônicos em que a empresa vencedora disputou com a matriz ou filial do mesmo grupo empresarial;
- e) **Licitantes com Sócios com Parentesco: identifica pregões eletrônicos em que a empresa vencedora disputou com outra empresa que tinha sócios com parentesco até 2º grau;**
- f) Licitantes com contadores em comum: identifica pregões eletrônicos em que a empresa vencedora disputou com outra empresa que tinha o mesmo contador;

g) **Licitantes com telefone/e-mail em comum:** identifica pregões eletrônicos em que a empresa vencedora disputou com outra empresa que tinha o mesmo telefone ou e-mail; e

h) **Licitantes com endereço similar:** identifica pregões eletrônicos em que a empresa vencedora disputou com outra empresa que tinha endereço similar.

(...)

Compulsando os autos, extrai-se da fl. 2, do Id 0333286 e da fl. 14, do Id 0313810, que **o Sr. José Rocivan Barbosa Oliveira, ex-sócio da empresa FOXX CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, em 2.7.2020, retirou-se da sociedade, transferindo/cedendo suas quotas de capital para a Sra. Vitória Coutinho Oliveira, sua filha.**

O **Sr. José Rocivan Barbosa Oliveira (CPF 388.348.633-72), é sócio-administrador da empresa TEMPO ENGENHARIA LTDA - CNPJ 04.219.922/0001-45 (Id 0313607), ex-sócio da FOXX,** conforme se extrai do documento de fl. 14, do Id 0313810 (3º ADITIVO DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL FOXX CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA CONTRATO SOCIAL CNPJ: 33.560.724/0001-49 NIRE: 23201914076).

Observamos, ainda, que a Declaração de enquadramento como empresa de pequeno porte, apresentada pela empresa FOXX CONTRUÇÕES E SERVIÇO LTDA, foi assinada pelo sócio administrador da empresa TEMPO ENGENHARIA LTDA. Do mencionado documento verificamos que **o Sr. José Rocivan Barbosa Oliveira, socio-administrador da empresa TEMPO, conforme qualificado no Id 0370676, é Procurador Geral e Responsável Técnico da empresa FOXX** (fl. 54, do Id 0313810).

A documentação da empresa FOX (compilado), no lote 5 arrematado, foi assinada por seu Diretor Técnico (José Rocivan B Oliveira, que é o sócio administrador da empresa Tempo, conforme consta à fl. 70, do Id 0313810 e fl. 3 do Id 0313605).

Tem-se, ainda, os comprovantes das TELAS BB nas Propostas - LOTE 13 - FOXX e TEMPO e LOTE 12 - FOXX e TEMPO, dos quais se extrai que as empresas indicam o mesmo contato (Ids 0313780 e 0313796). Nesse contexto, considera-se haver comunhão de interesses ou atuação coordenada entre as empresas. Assim, deliberou-se pela possibilidade de **imediata desclassificação da empresa tempo**, sugerindo-se a aplicação da penalidade prevista no art. 156, III, da Lei 14.133/2021 (fl. 4 do Id 0374201).

As normas que disciplinam a licitação devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados (subitem 17.3 do Edital, fl. 35 do Id 0304531). No entanto, da situação descrita é possível concluir que as empresas FOXX e TEMPO não são

independente entre si e, ainda, adotaram comportamento que possibilita combinar estratégias e compartilhar informações, influenciando o resultado da licitação, o que fere o princípio da competitividade, fundamento do processo licitatório que deve ser resguardado pela proibição da participação de agentes que possam praticar conduta tendente a manipular o certame em ataque à competitividade, dando ensejo à sanção administrativa.

Nessa perspectiva, entendemos que o comportamento adotado por estas empresas, caracteriza um ataque à competitividade, dando ensejo à sanção administrativa, sendo, portanto, o caso de **imediata desclassificação**, com prosseguimento à instrução processual para apuração da reprimenda sugerida pela área especializada (impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública), nos termos da lei de regência:

Lei 14.133/2021:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

**III - impedimento de licitar e contratar;**

**IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

(...)

Art. 158. **A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão** composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. GN.

Desse modo, considerando os dispositivos acima transcritos e, conforme previsto no art. 4º, XIV, da Resolução Órgão Especial 30/2024, publicada no DJe do dia 06.12.2024, que trata da estrutura da Consultoria Jurídica da Presidência e suas comissões, e em atenção ao que dispõe o art. 158, da Lei 14.133/2021, propomos o encaminhamento dos autos à Comissão Permanente de Apuração de Responsabilidades Administrativas em Contratações (COPARC), comissão instituída com a finalidade de examinar os fatos e circunstância que possam justificar a aplicação da penalidade em questão, cabendo-lhe a emissão de parecer quanto à pertinência e adequação da sanção proposta (impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública).



#### **IV – CONCLUSÃO**

Ante todo o exposto, ressaltando-se, mais uma vez, que os aspectos técnicos, de conveniência e oportunidade não estão sob o crivo desta Consultoria Jurídica, nos manifestamos pela regularidade jurídica atinente à **desclassificação imediata** da empresa. Quanto à reprimenda de impedimento de licitar e contratar recomendamos a apuração de responsabilidade pela COPARC, a quem, cabe a emissão de parecer quanto à pertinência e adequação da sanção proposta.

É o parecer, smj.

Fortaleza, data e hora indicadas na assinatura digital.

FRANCINILDA GOMES DE BRITO MARINHO:201717  
Assinado de forma digital por FRANCINILDA GOMES DE BRITO MARINHO:201717  
Dados: 2025.11.10 12:19:59 -03'00'

Francinilda Gomes de Brito Marinho  
Assessora Jurídica

De acordo. À douta Presidência.

CRISTHIAN SALES DO NASCIMENTO RIOS:72191201334  
Assinado de forma digital por CRISTHIAN SALES DO NASCIMENTO RIOS:72191201334  
Dados: 2025.11.10 17:29:31 -03'00'  
Cristhian Sales do Nascimento Rios  
Consultor Jurídico



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

**Processo SEI nº 8522303-27.2025.8.06.0000.**

**Assunto:** Apuração de responsabilidade (Pregão Eletrônico n. 17/2025 - Lote 6).

**Empresa:** TEMPO ENGENHARIA LTDA.

**Reprimenda sugerida pela área técnica:** sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Ceará pelo prazo de 1 (um) ano.

DECISÃO

R.h.

Em evidência, o processo administrativo acima identificado, impulsionado pelos alertas automáticos emitidos pelo sistema Licitações-e do Banco do Brasil no início da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 17/2025, que identificou registro de propostas de empresas distintas pelo mesmo IP (Id 0313758).

Diante da documentação apresentada pela Comissão Permanente de Contratação - COPECON, a Consultoria Jurídica observou que o atual sócio-administrador da empresa TEMPO ENGENHARIA LTDA. é ex-sócio da empresa FOXX CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA., e continua ali atuando como Procurador-Geral e Diretor-Técnico, sendo sua filha sócia-administradora; tem-se, ainda, das TELAS BB nas Propostas - LOTE 13 - FOXX e TEMPO e LOTE 12 - FOXX e TEMPO, que as empresas indicam o mesmo contato telefônico. Assim, concluiu que as empresas FOXX e TEMPO não são independentes entre si, atuando de maneira tendente a ferir o princípio da competitividade, fundamental no processo licitatório, que deve ser resguardado.

Diante disso, a CONJUR manifestou-se favoravelmente à desclassificação da empresa, recomendando, quanto à sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, o encaminhamento dos autos à Comissão Permanente de Apuração de Responsabilidades Administrativas em Contratações (COPARC), conforme previsto no art. 4º, XIV, da Resolução 30/2024 do Órgão Especial deste e. TJCE (DJe Administrativo de 6.12.2024), que trata da estrutura da Consultoria Jurídica desta Presidência, por ser a Comissão instituída com a finalidade de examinar os fatos e circunstâncias que possam justificar a aplicação da penalidade em questão, cabendo-lhe a emissão de parecer quanto à pertinência e adequação da reprimenda proposta, nos termos do art. 158 da Lei 14.133/2021.

Sendo assim, com fulcro nas razões expostas, **APROVO** o parecer retro quanto à **desclassificação imediata da empresa TEMPO ENGENHARIA LTDA**, e ao **encaminhamento do caso à COPARC**, para os fins indicados pela lei de regência (art. 158 da Lei 14.133/2021).

Cumpridos os expedientes necessários, encaminhem-se os autos ao Serviço de Apoio em Processo Licitatório.

Fortaleza-CE, data e hora indicadas no sistema.

**Desembargador FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO**  
**Presidente**  
**(em exercício)**



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, Presidente**, em 11/11/2025, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0417300** e o código CRC **EBABA9E6**.